

EIXO 2 – Políticas de educação básica e de formação e gestão escolar

## **A PRODUÇÃO SOBRE COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA: O QUE DIZEM OS PERIÓDICOS BRASILEIROS**

**Rosa Maria de Freitas Rogerio**

Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo

[rosamfrogerio@gmail.com](mailto:rosamfrogerio@gmail.com)

**Resumo:** O texto apresenta o resultado do levantamento da produção sobre a coordenação pedagógica na educação básica no Brasil, em periódicos brasileiros, e visa contribuir com o *estado da arte* sobre esse tema. A investigação sobre periódicos especializados em educação, com conceito Qualis A1 e A2, no portal da CAPES ocorreu entre fevereiro e março de 2013 e apresentou 8 periódicos com conceito A1 e 8 periódicos com conceito A2. Em consulta aos sites dos periódicos, foram localizados 3 artigos sobre coordenação pedagógica, num total de 534 artigos sobre educação. O número de artigos sobre coordenação pedagógica sinaliza a necessidade de realização e de publicação de mais estudos sobre o tema.

**Palavras-chave:** coordenação pedagógica; periódicos brasileiros; estado da arte

### INTRODUÇÃO

A produção de conhecimento numa área de pesquisa precisa passar por balanços periódicos que contribuem para a elaboração de um *estado da arte* do que já foi produzido sobre os temas pertinentes àquela área. Dessa forma, é possível saber: o que já foi estudado; como os pesquisadores lidaram teoricamente e metodologicamente com os objetos e temas investigados; quais conhecimentos foram construídos a partir das pesquisas concluídas; quais as lacunas existentes sobre os diversos temas e o que não foi investigado ainda.

Tendo como pano de fundo o cenário acima, esse artigo se apresenta como uma contribuição ao *estado da arte* sobre o tema da coordenação pedagógica no Brasil. O corpus sobre o qual incide esse *estado da arte* limita-se aos periódicos brasileiros que têm como tema principal a educação, que estavam avaliados com os conceitos Qualis A1 e A2, em fevereiro e março de 2013 – época em que foi realizada a consulta aos periódicos – e que dispõem de sites próprios ou alocados na Scielo (Scientific Electronic Library Online) com sistemas de busca por assunto.

O critério de escolha de periódicos que tenham sido avaliados com conceitos Qualis A1 e A2 justifica-se porque a CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) utiliza um conjunto de procedimentos e pré-requisitos para a qualificação da produção intelectual dos programas de pós-graduação das diversas áreas, o que confere a esses periódicos uma validação de qualidade. Essa qualificação apresenta-se a partir dos

seguintes conceitos: A1, conceito mais elevado, A2, B1, B2, B3, B4, B5 e C com peso zero. Há uma série de pré-requisitos que o periódico deve apresentar para receber um dos conceitos ilustrados acima. O conceito A1 indica que o periódico

é uma publicação amplamente reconhecida pela área, seriada, arbitrada e dirigida prioritariamente à comunidade acadêmico-científica, atendendo a normas da ABNT ou equivalente (caso seja do exterior) [...] apresenta periodicidade mínima de 3 números anuais e regularidade, com publicação de todos os números previstos no prazo. Possui conselho editorial e corpo de pareceristas formado por pesquisadores nacionais e internacionais de diferentes instituições e altamente qualificados. Publica, no mínimo, 18 artigos por ano, garantindo ampla diversidade institucional dos autores: pelo menos 75% de artigos devem estar vinculados a no mínimo 5 instituições diferentes daquela que edita o periódico. [...] Está indexado em, pelo menos, 6 bases de dados, sendo, pelo menos 3 internacionais [...] (BRASIL, 2012).

O conceito A2 difere do conceito A1 nos seguintes pré-requisitos: apresenta periodicidade mínima de 2 números anuais; está indexado em pelo menos 5 bases de dados, sendo, 2 internacionais (BRASIL, 2012).

O critério dos periódicos disporem de sistemas de busca por assunto configurou-se imprescindível porque a construção desse levantamento sobre o tema da coordenação pedagógica no Brasil demandou a localização de artigos a partir dos termos utilizados na busca e também porque seria inviável e pouco eficiente a leitura de todos os índices de todos os periódicos sobre educação. Houve a necessidade de uma ferramenta para refinar a busca sobre os artigos e essa ferramenta foi o sistema de buscas dos sites dos periódicos.

Os termos ou palavras-chaves utilizados nos sistemas de buscas dos periódicos selecionados segundo os critérios apresentados acima foram: coordenação pedagógica, coordenador pedagógico e coordenadores pedagógicos.

A seguir serão apresentados dois quadros que trazem informações sobre os periódicos selecionados no rol de conceitos Qualis A1 e A2 e que versavam sobre educação de forma ampla e não específica. Não foram consultados periódicos com conceitos Qualis A1 e A2 que versavam sobre áreas específicas do conhecimento, tais como: ensino de ciências e matemática, psicologia educacional, psicologia escolar, educação física, ensino de história, ensino de geografia, etc. Na coluna 'Periódico' é apresentado o nome do periódico; na coluna 'Instituição' consta a instituição que publica o periódico; na coluna 'Data' são apresentados o ano em que o periódico começou a ser publicado e o ano de publicação do último número até o momento da consulta ao banco de dados do periódico, que aconteceu entre fevereiro e março de 2013; na coluna 'Números' está presente o total de números publicados até março de 2013; na coluna 'Artigos' está apresentado o número de artigos localizados através das palavras-chave *coordenação pedagógica* e *coordenador pedagógico*, no campo de busca

*assunto*, nos sites dos respectivos periódicos e/ou no site da Scielo e entre parênteses está o número do periódico e o ano de publicação do artigo.

Quadro 1 – Periódicos sobre educação com conceito Qualis A1

PERIÓDICO	INSTITUIÇÃO	DATA	NÚMEROS	ARTIGOS
Cadernos de Pesquisa	Fundação Carlos Chagas	1999 – 2012	42	1 (147,2012)
Educação em Revista	Universidade Federal de Minas Gerais	2006 – 2013	19	0
Educação e Pesquisa	Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo	1999 – 2013	42	1 (4, 2012)
Educação e Sociedade: Revista de Ciência da Educação	CEDES – Centro de Estudos Educação e Sociedade	1997 – 2012	64	0
Educar em Revista	Universidade Federal do Paraná	2006 – 2012	25	0
Ensaio: Política Públicas em Educação	Fundação CESGRANRIO	2004 – 2012	32	0
Pró-Posições	Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas	2008 – 2012	15	0
Revista Brasileira de Educação	Editora Autores Associados	2000 – 2013	39	0

Quadro 2 – Periódicos sobre educação com conceito Qualis A2

PERIÓDICO	INSTITUIÇÃO	DATA	NÚMEROS	ARTIGOS
Acta Scientiarum. Education.	Universidade Estadual de Maringá	2010 – 2012	7	0
Cadernos CEDES	CEDES - Centro de Estudos Educação e Sociedade	1997 – 2012	47	0
Educação e Realidade	Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul	2001 – 2013	28	0
Educação	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul	2004 – 2013	30	0
Perspectiva	Universidade Federal de Santa Catarina	1983 – 2012	63	0
Práxis Educativa	Universidade Estadual de Ponta Grossa	2006 – 2012	15	0
Revista Brasileira de Políticas e Administração da Educação	Associação Nacional de Política e Administração da Educação	2000 – 2012	29	1 (3, 2011)
Revista Dialogo Educacional	Pontifícia Universidade Católica do Paraná	2000 – 2012	37	0

O Quadro 1 mostra que no rol de 8 periódicos Qualis A1 sobre educação, contendo 278 artigos produzidos entre 1997 e 2013, apenas 2 artigos versavam sobre *coordenação pedagógica* ou *coordenador pedagógico*.

O Quadro 2 apresenta um rol de 8 periódicos Qualis A2 sobre educação, contendo 256 artigos produzidos entre 1983 e 2013, apenas 1 artigo versava sobre *coordenação pedagógica* ou *coordenador pedagógico*.

Num total de 534 artigos presentes em 16 periódicos sobre educação, somente 3 artigos foram localizados utilizando os termos *coordenação pedagógica*, *coordenador*

*pedagógico* e *coordenadores pedagógicos* no campo assunto dos sistemas de busca dos periódicos. O pequeno número de 3 artigos, num rol de 534, sinaliza que ou os estudos sobre coordenação pedagógica não estão sendo publicados nos periódicos especializados sobre educação ou não estão sendo feitos estudos sobre coordenação pedagógica no Brasil. Há aqui claramente o desenho de uma lacuna sobre o tema da coordenação pedagógica no Brasil e a necessidade de produção de conhecimento sobre esse tema.

O quadro abaixo apresenta os três artigos sobre *coordenação pedagógica* ou *coordenador pedagógico* encontrados nos periódicos ilustrados nos quadros 1 e 2, apresentados anteriormente. A coluna ‘Título’ expressa o título do artigo sobre coordenação pedagógica; a coluna ‘Autor’ apresenta o autor ou os autores do artigo; a coluna ‘Periódico’ indica o periódico ao qual pertence o artigo e a coluna ‘Data’ indica o número do periódico e o ano em que o artigo foi publicado.

Quadro 3 – Artigos encontrados nos periódicos

<b>TÍTULO</b>	<b>AUTOR</b>	<b>PERIÓDICO</b>	<b>DATA</b>
A coordenação pedagógica nas escolas estaduais paulistas: resoluções recentes e atuação cotidiana na gestão e organização escolar.	Maria José da Silva Fernandes	Revista Brasileira de Política e Administração da Educação	3, 2011
O professor coordenador pedagógico nas escolas estaduais paulistas: da articulação pedagógica ao gerenciamento das reformas educacionais.	Maria José da Silva Fernandes	Educação e Pesquisa	4, 2012
O coordenador pedagógico: aportes à proposição de políticas públicas.	- Vera Maria Nigro de Souza Placco; - Vera Lucia Trevisan de Souza; - Laurinda Ramalho de Almeida.	Cadernos de Pesquisa	147, 2012

As informações contidas no quadro acima mostram quem são os pesquisadores que estão investigando a coordenação pedagógica no Brasil e sobre quais aspectos da coordenação pedagógica esses estudos estão sendo produzidos. Dos três artigos localizados no quadro 3, dois pertencem à mesma autora e um foi produzido por três autoras conjuntamente. Os artigos em questão foram publicados recentemente, em periódicos com sede na região sudeste (Educação e Pesquisa; Cadernos de Pesquisa) e na região nordeste (Revista Brasileira de Política e Administração da Educação). Vejamos agora quem são as autoras que publicaram artigos sobre *coordenação pedagógica* em periódicos brasileiros. As informações apresentadas a seguir foram extraídas dos currículos Lattes das respectivas autoras.

Maria José da Silva Fernandes é professora na Faculdade de Ciências, no campus de Bauru, da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho e desenvolve pesquisa

intitulada *A coordenação pedagógica: análise e interpretação de práticas cotidianas de trabalho e suas implicações para a formação de professores e para o processo ensino/aprendizagem*. De 2002 a 2004 desenvolveu o projeto de pesquisa *Problematizando a coordenação pedagógica nas escolas públicas estaduais paulistas*.

Vera Maria Nigro de Souza Placco é coordenadora e professora titular do Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: Psicologia da Educação, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, e desenvolveu entre 2010 e 2011 a pesquisa *O coordenador pedagógico e a formação continuada: intenções, tensões e contradições*.

Vera Lucia de Souza Trevisan é professora e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Psicologia e do curso de graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Campinas e desenvolveu entre 2010 e 2011 a pesquisa *O coordenador pedagógico e a formação continuada: intenções, tensões e contradições*.

Laurinda Ramalho de Almeida é professora do Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação, Psicologia da Educação, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Laurinda desenvolveu entre 2010 e 2011 a pesquisa *O coordenador pedagógico e a formação continuada: intenções, tensões e contradições* e desenvolve desde 2007 a pesquisa *Desenvolvimento da identidade profissional de coordenadores pedagógicos*.

As breves apresentações acima mostram que as quatro autoras são professoras universitárias de três grandes universidades do estado de São Paulo: UNESP, PUCSP e PUCCAMP. Todas as autoras desenvolvem ou desenvolveram pesquisas sobre o tema da *coordenação pedagógica*. Essas pesquisas versam sobre:

- o coordenador pedagógico e a formação continuada dos professores;
- a identidade profissional de coordenadores pedagógicos;
- a coordenação pedagógica em escolas estaduais paulistas;
- práticas cotidianas de trabalho de coordenadores pedagógicos.

Após o conhecimento das pesquisas desenvolvidas pelas professoras autoras dos artigos, é possível fazer as seguintes problematizações: Quatro grandes pesquisas sobre coordenação pedagógica foram ou estão sendo realizadas, por que apenas três artigos foram produzidos até o momento em periódicos brasileiros especializados em educação com conceitos Qualis A1 e A2? O que tem acontecido entre o meio acadêmico e o meio editorial dos periódicos brasileiros que dificultam a publicação dos resultados das pesquisas sobre coordenação pedagógica? A publicação dos resultados dessas pesquisas podem contribuir para a formação continuada dos próprios coordenadores pedagógicos?

Vejamos agora do que tratam cada um dos artigos apresentados no quadro 3 deste texto.

O artigo *A coordenação pedagógica nas escolas estaduais paulistas: resoluções recentes e atuação cotidiana na gestão e organização escolar*, de Maria José da Silva Fernandes (2011), analisa o trabalho da coordenação pedagógica nas escolas estaduais paulistas no contexto das reformas educacionais, entre 1996 e 2010. Em 1996, a Secretaria Estadual de Educação de São Paulo, por meio de resoluções:

- promoveu a reorganização escolar que dividiu a maioria das escolas em duas escolas distintas: uma para os anos iniciais do ensino fundamental e outra para os anos finais do ensino fundamental e para o ensino médio;
- implantou o Regime de Progressão Continuada, o que dividiu o ensino fundamental em dois ciclos: ciclo I, anos iniciais e ciclo II, anos finais do ensino fundamental;
- estabeleceu a Hora de Trabalho Pedagógico Coletivo, conhecida como HTPC;
- criou a função de Professor Coordenador Pedagógico (PCP).

O contexto apresentado acima está diretamente vinculado ao trabalho da coordenação pedagógica porque a reorganização da escola e a progressão continuada trouxeram a necessidade de se repensar os espaços e tempos para o aprendizado dos alunos; e porque o estabelecimento das HTPCs e a criação da função de PCP implicaram em uma maior atenção às questões pedagógicas da escola.

Fernandes (2011) chama a atenção para uma questão bastante importante no que concerne à relação entre a denominação da função do profissional que desenvolve a coordenação pedagógica e as atribuições desse profissional. Na Resolução SEE 28/1996 (SÃO PAULO, 1996), o profissional recebe a denominação de Professor Coordenador Pedagógico, pois é o responsável pelo trabalho *de articulação das ações pedagógicas e didáticas nas escolas e pelo subsídio ao professor no desenvolvimento das ações docentes, além de atuar no fortalecimento da relação escola- comunidade e na melhoria do processo ensino-aprendizagem*. (FERNANDES, 2011, p. 456). Já na Resolução SEE 35/2000 (SÃO PAULO, 2000), o profissional que antes era denominado Professor Coordenador Pedagógico, passa a ser reconhecido apenas como Professor Coordenador (PC). Segundo Fernandes (2011), essa mudança na denominação implica em uma readequação reformista por parte da Secretaria de Educação para minimizar a autonomia do Professor Coordenador e para reforçar sua posição como agente local do Estado nas escolas. Essa manobra política apresenta para o coordenador o papel de coordenar toda e qualquer coisa na escola, não necessariamente o trabalho pedagógico.

As mudanças legais ampliaram consideravelmente a responsabilização dos PC com os resultados nas escolas, apontando mais claramente para sua atuação como “gerentes” das reformas, a quem caberia o monitoramento do trabalho docente e a transmissão e implementação das políticas estaduais, inculcando no cotidiano escolar a cultura do envolvimento pessoal e a preocupação com a eficácia e a eficiência das escolas nas avaliações externas, aspectos que se aproximam das formas mais tradicionais da administração escolar (FERNANDES, 2011, p. 458).

Outro fato apontado por Fernandes (2011) que pesa contra a autonomia pedagógica da escola e contra uma gestão participativa e democrática é que entre 1996 e 2000, os PCPs eram escolhidos, através de projetos, pelo corpo docente da escola; entre 2000 e 2006, os PCs passaram a ser escolhidos pelos membros do Conselho de Escola; em 2006 os PCs foram escolhidos pelo diretor da escola e a partir de 2007 os PCs passaram a ser escolhidos conjuntamente pelo diretor e pelo supervisor da escola. Essas mudanças ocorridas no processo de seleção e escolha dos professores coordenadores implicaram numa gestão conservadora porque alijaram os professores e demais membros da comunidade escolar de participar do processo de escolha dos professores coordenadores.

A pesquisa realizada por Fernandes (2011) e que resultou no artigo que ora apreciamos contou também com uma parte empírica. Trinta professores do ciclo II e do ensino médio, de 22 escolas, de 9 municípios, de 3 Diretorias de Ensino, participaram de entrevistas semiestruturadas para indicarem professores coordenadores que apresentavam trabalho bem sucedido.

Na definição de trabalho bem sucedido eles apontaram que era, principalmente, aquele realizado pelos PC que conseguiam articular o trabalho pedagógico, apoiar as atividades docentes, acompanhar os professores iniciantes, atuar na formação continuada, aproximar escola e comunidade e organizar as práticas pedagógicas (FERNANDES, 2011, p. 465).

Ao final de sua pesquisa, Fernandes (2011) chegou à seguinte conclusão acerca da coordenação pedagógica nas escolas estaduais:

Para além do cumprimento dos elementos apresentados pelas várias resoluções que se sucederam e que pretendiam transformá-los em gerentes das reformas, os sujeitos da pesquisa lutavam por uma escola pública democrática. Os resultados, embora de uma amostra pequena, mas qualitativa, trazem implicações diversas para novas pesquisas e para a elaboração de políticas públicas, que não podem desconsiderar a importância dos sujeitos escolares e o papel protagonista que eles desempenham nas regulações dos sistemas [...] (FERNANDES, 2011, p. 469).

A coordenação pedagógica está presente em todas as escolas da rede estadual paulista que tem mais de dez classes – cerca de 5 mil escolas – desde 1996. Esse cenário aponta que há cerca de 8 mil professores coordenadores em atividade hoje, nas escolas estaduais em São Paulo. Os números acima mostram que há a necessidade de mais estudos que deem conta de captar, analisar e explicar a coordenação pedagógica na rede pública estadual paulista e de estudo que consiga investigar qual a razão de uma escola com menos de 10 classes não precisar e/ou não poder contar com um coordenador pedagógico.

O artigo *O professor coordenador pedagógico nas escolas estaduais paulistas: da articulação pedagógica ao gerenciamento das reformas educacionais*, também foi produzido por Maria José da Silva Fernandes (2012) a partir da mesma pesquisa que originou o artigo *A coordenação pedagógica nas escolas estaduais paulistas: resoluções recentes e atuação cotidiana na gestão e organização escolar* (FERNANDES, 2011) e versa sobre *os principais resultados de uma pesquisa concluída que teve como objeto de estudo a função de coordenação pedagógica na rede estadual paulista, com destaque para o trabalho do professor coordenador pedagógico* (FERNANDES, 2012, p. 799).

O trabalho do professor coordenador pedagógico é analisado a partir das mudanças de atribuições que esse profissional foi adquirindo ao longo das várias propostas reformistas publicadas pela Secretaria Estadual de Educação, através de resoluções, entre 1996 e 2010. Dentre essas reformas, ganha destaque a mudança de nomenclatura da função de professor coordenador pedagógico para professor coordenador.

A supressão do termo pedagógico não foi uma alteração pequena e insignificante, como já apontado nos estudos de Duarte (2007) e Fernandes (2008). Com a ausência do termo, excluiu-se um elemento central de identidade da função que, ainda recente do ponto de vista da abrangência na rede, estava em processo de profissionalização e de reconhecimento nas escolas. Estudos anteriores realizados por Dias-da-Silva e Lourencetti (2002), Clementi (2001), Mate (1998), Christov (2001) e Fernandes (2008) indicaram, a partir de resultados de pesquisas empíricas realizadas direta ou indiretamente com PCPs, que a função apresentava identidade frágil e espaço de atuação escolar pouco definido, ou seja, ela carecia, no cotidiano, de um território de atuação marcadamente pedagógico (FERNANDES, 2012, p. 804).

A fragilidade identitária, reforçada pelas diversas alterações reformistas, lega ao professor coordenador uma confusa visão sobre qual é o seu principal papel dentro da escola.

Dentre as dificuldades cotidianas apontadas pelos estudos citados, destacaram-se a realização de tarefas burocráticas, a disseminação de projetos e propostas oficiais e o cumprimento de múltiplas atividades destinadas a outros sujeitos escolares – o já conhecido desvio de função. Nas pesquisas, apareceram várias referências ao trabalho do PCP como apagador de incêndios, o que pode ter sido intensificado a partir das mudanças legais (FERNANDES, 2012, p. 805).

Fernandes (2012, p. 811) conclui seu artigo dizendo que

As escolas contam com a atuação social de sujeitos que, interpretando e reinterpretando as determinações oficiais, estabelecem cotidianamente estratégias de resistência diante do forte movimento de controle. Nesse sentido, temos um amplo campo para as pesquisas educacionais sobre a coordenação pedagógica. Ainda há muito a ser investigado sobre a atuação cotidiana do PCP e sua intersecção com as medidas oficiais.

De acordo com o que a autora aponta no excerto acima e com o pequeno número de artigos sobre coordenação pedagógica localizados nos periódicos brasileiros sobre educação com conceito Qualis A1 e A2, o tema da coordenação pedagógica em São Paulo e no Brasil oferece amplas possibilidades de investigação, o que implica numa necessidade latente de



mais estudos sobre como a coordenação pedagógica vem sendo realizada nas escolas brasileiras.

Apreciemos agora o terceiro e último artigo encontrado nos periódicos elencados nos quadros 1 e 2 do presente texto. *O coordenador pedagógico: aportes à proposição de políticas públicas* (PLACCO; SOUZA; ALMEIDA, 2012) se propõe a discutir a função do coordenador pedagógico na escola, na perspectiva da melhoria da qualidade do ensino, levando em consideração que esse profissional apresenta um papel fundamental na gestão dos processos escolares, sobretudo na formação dos professores. Esse artigo apresenta como um dos seus objetivos contribuir para a formulação de políticas públicas que viabilizem a presença de coordenadores pedagógicos nas escolas de todo o país, exercendo as funções articuladora, formadora e transformadora (PLACCO; SOUZA; ALMEIDA, 2012, p. 754).

O artigo agora analisado apresenta linhas gerais da pesquisa *O Coordenador pedagógico e a formação de professores: intenções, tensões e contradições* (PLACCO; SOUZA; ALMEIDA, 2011). A referida pesquisa

investigou a coordenação pedagógica em redes estaduais e municipais das cinco regiões do país, com base em dados colhidos nas seguintes capitais: São Paulo (SP), Curitiba (PR), Rio Branco (AC) Goiânia (GO) e Natal (RN). Foram selecionadas quatro escolas por cidade – duas da rede municipal e duas da rede estadual –, e em cada uma delas foram estudados quatro sujeitos: um coordenador, um diretor e dois professores, perfazendo 16 informantes por região e 80 no total (PLACCO; SOUZA; ALMEIDA, 2012, p. 756).

As autoras, ao realizarem a pesquisa acima contextualizada, constaram que

todos os estados brasileiros pesquisados já dispõem de leis que preveem a figura da coordenação pedagógica nas escolas da rede. Os municípios estudados (São Paulo, Natal, Rio Branco, Goiânia e Curitiba) também contam com legislação específica sobre a matéria, com variações quanto à forma de ingresso, função, atribuições, etc. No entanto, os dados da pesquisa indicam que nem sempre a coordenação dos processos pedagógicos, que deveria ser a atribuição principal do coordenador, é efetivada (PLACCO; SOUZA; ALMEIDA, 2012, p. 758).

Os dados que as autoras trazem sobre o fato de que a coordenação dos processos pedagógicos nem sempre acontecem por conta de outras demandas da escola dialogam diretamente com os dados apresentados por Fernandes (2012) como desvio de função dos professores coordenadores. Esses dados sinalizam que a identidade da coordenação pedagógica e dos coordenadores pedagógicos ainda está em um processo lento e inicial de construção e encontram obstáculos dentro do próprio ambiente escolar e também nas políticas públicas que regulam o cotidiano da escola e a profissão de coordenadores pedagógicos.

Placco, Souza e Almeida (2012) tecem também uma reflexão sobre o papel do coordenador pedagógico sob a ótica da legislação e apresentam um retrospecto histórico sobre as origens da coordenação pedagógica no Brasil. As autoras mostram que *nos últimos dez*

anos, nas redes pesquisadas, a coordenação pedagógica foi instituída para todas as escolas (PLACCO; SOUZA; ALMEIDA, 2012, p. 761), o que denota uma preocupação das secretarias de educação em garantir um profissional que seja responsável pela coordenação e organização do trabalho pedagógico nas escolas. Diante desse cenário,

as atribuições desses profissionais, definidas pelas legislações estaduais e/ou municipais, são muitas, envolvendo desde a liderança do projeto político pedagógico até funções administrativas de assessoramento da direção, mas, sobretudo, atividades relativas ao funcionamento pedagógico da escola e de apoio aos professores, tais como: avaliação dos resultados dos alunos, diagnóstico da situação de ensino e aprendizagem, supervisão e organização das ações pedagógicas cotidianas (frequência de alunos e professores), andamento do planejamento de aulas (conteúdos ensinados), planejamento das avaliações, organização de conselhos de classe, organização das avaliações externas, material necessário para as aulas e reuniões pedagógicas, atendimento de pais, etc., além da formação continuada dos professores (PLACCO; SOUZA; ALMEIDA, 2012, p. 761).

Dentre o rol de atribuições apresentadas acima, a formação de professores se destaca como sendo a atribuição principal dos coordenadores pedagógicos, seu papel central (PLACCO; SOUZA; ALMEIDA, 2012, p. 763).

Sobre a questão de como os coordenadores pedagógicos assumem suas funções na escola, Placco, Souza e Almeida (2012, p. 764) apontam que *em alguns casos, a função é ocupada por um professor, o que, segundo alguns entrevistados, pode dificultar a legitimação do papel de coordenador pedagógico*. Essa situação de um professor assumir a função de coordenador foi destacada também por Fernandes (2011 e 2012) em seus artigos, tendo como foco a coordenação pedagógica na rede estadual paulista de ensino. As autoras Placco, Souza e Almeida (2012, p. 764) colocam que *em São Paulo, essa discussão não ocorre na rede estadual, é sempre um docente da escola que assume a coordenação, embora com atribuições definidas em legislação*. Há aqui um ponto de contradição entre os artigos de Fernandes (2011 e 2012) e o artigo de Placco, Souza e Almeida (2012) no que diz respeito à obrigatoriedade de o professor coordenador da escola estadual paulista ter que ser necessariamente um professor da mesma escola. As resoluções publicadas pela Secretaria Estadual de Educação entre 1996 e 2010 não colocam essa obrigatoriedade, então se torna incorreto afirmar que o professor coordenador é sempre um docente da mesma escola que assume a coordenação.

Outro ponto destacado por Placco, Souza e Almeida (2012, p. 765) foram as condições de trabalho nas quais os coordenadores estão inseridos. As autoras constataram que

a maioria dos coordenadores pedagógicos entende que não tem condições de trabalho adequadas, que precisa se esforçar para trabalhar com o que tem ou ir atrás de recursos; que ganha pouco; que é muito exigida pela Secretaria da Educação e que necessita buscar formação permanentemente – percepção compartilhada com a de alguns diretores.

As autoras, a partir do excerto acima, levantam os seguintes questionamentos: *qual a especificidade da função de coordenador pedagógico e que formação inicial oferece subsídio à sua atuação? Que aspectos devem ser enfatizados no curso, de modo a garantir qualidade à formação do coordenador pedagógico?* (PLACCO; SOUZA; ALMEIDA, 2012, p. 768).

Os questionamentos acima apontam caminhos de reflexão sobre a especificidade do papel do coordenador pedagógico nas escolas brasileiras, sobre sua importância e sobre a necessidade de formação continuada para esses profissionais. E as autoras continuam:

Essa formação teria de levar em conta que esse profissional precisa ter competência para articular, formar e transformar, diferentemente do professor, cuja especificidade é o ensinar. Visto que o objeto de ação do coordenador pedagógico é diferente daquele do professor, a formação para a docência não garante o desenvolvimento de habilidades e competências para o exercício da coordenação pedagógica. Ter clareza a esse respeito contribuiria para a formação do coordenador pedagógico, tendo em vista que a diferenciação entre as duas funções seria objeto dos próprios cursos de formação, o que possibilitaria identificações com aspectos específicos da função (PLACCO; SOUZA; ALMEIDA, 2012, p. 768).

O artigo *O coordenador pedagógico: aportes à proposição de políticas públicas* (PLACCO; SOUZA; ALMEIDA, 2012) contribui com o tema da coordenação pedagógica no Brasil porque apresenta atribuições e necessidades de coordenadores pedagógicos de diferentes redes de ensino, de diferentes cidades e estados; e porque apresenta um desenho inicial sobre como a coordenação pedagógica está sendo realizada no Brasil. Esse desenho traz a necessidade de outros estudos e outras pesquisas sobre a coordenação pedagógica para que essa função seja mais bem compreendida e melhor realizada nas escolas brasileiras, e que possa contribuir para a melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem.

Diante do que apresentam os três artigos apreciados sobre coordenação pedagógica no Brasil, a produção sobre esse tema, nos periódicos brasileiros especializados em educação com conceitos Qualis A1 e A2, mostra que ainda há poucos estudos sobre como a coordenação pedagógica vem sendo gestada, organizada, regulamentada e realizada nas escolas públicas brasileiras. Esse panorama indica a necessidade de estudos e pesquisas sobre esse tema porque há um considerável número de redes de ensino que já criaram o cargo ou a função de coordenador pedagógico, com vistas a contribuir para a qualidade dos processos de ensino e aprendizagem. Como exemplo pode-se citar a Rede Municipal de Ensino de São Paulo, que conta com 1908 cargos de coordenadores pedagógicos (segundo dados oficiais extraídos do site da Secretaria Municipal de Educação) que trabalham em cerca de 450 escolas e centros de educação que atendem alunos da educação infantil, do ensino fundamental, do ensino médio e da educação de jovens e adultos.

Os periódicos brasileiros especializados em educação dizem que foram realizados poucos estudos sobre o tema da coordenação pedagógica no Brasil e sinalizam a necessidade de realização e de publicação de mais estudos sobre o tema.

#### REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Comunicado nº 002/2012 – Área de Educação – Atualização do Webqualis da área.** Brasília: MEC, 2012.

FERNANDES, Maria José da Silva. A coordenação pedagógica nas escolas estaduais paulistas: resoluções recentes e atuação cotidiana na gestão e organização escolar. **RBP**, v. 27, n. 3, p. 453-388, set/dez 2011.

\_\_\_\_\_. O professor coordenador pedagógico nas escolas estaduais paulistas: da articulação pedagógica ao gerenciamento das reformas educacionais. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 38, n. 4, dez. 2012.

PLACCO, Vera Maria Nigro De Souza; SOUZA, Vera Lucia Trevisan De; ALMEIDA, Laurinda Ramalho De. O coordenador pedagógico: aportes à proposição de políticas públicas. **Cad. Pesqui.**, São Paulo, v. 42, n. 147, dez. 2012 .

\_\_\_\_\_. O Coordenador pedagógico e a formação de professores: intenções, tensões e contradições. (Relatório de pesquisa desenvolvida pela Fundação Carlos Chagas por encomenda da Fundação Victor Civita). São Paulo: FVC, 2011.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Estado da Educação. **Resolução SE nº 28/1996. Dispõe sobre o processo de seleção, escolha e designação de docente para exercer as funções de Professor Coordenador, em escolas da rede estadual de ensino e dá providências correlatas.** SP, 1996.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Estado da Educação. **Resolução SE nº 35/2000. Dispõe sobre o processo de seleção, escolha e designação de docente para exercer as funções de Professor Coordenador, em escolas da rede estadual de ensino e dá providências correlatas.** SP, 2000.